

Congresso ganha verba superior à de ministério

O orçamento da Câmara e do Senado para este ano será superior ao dos seguintes ministérios: Justiça, Meio Ambiente, Cultura, Relações Exteriores, Indústria e Comércio, Minas e Energia e Comunicações. Estas sete áreas de governo terão a sua disposição recursos bem inferiores aos Cr\$ 34 trilhões previstos para serem gastos por deputados e senadores.

O Ministério da Justiça receberá Cr\$ 10 trilhões a menos do que o Congresso. A Justiça pretende aplicar a sexta parte de seu orçamento em defesa nacional e segurança pública. Os Cr\$ 3,9 trilhões destinados a este programa, que prevê a construção de penitenciárias, correspondem a 40% da folha de pagamento da Câmara.

O Ministério do Meio Ambiente também não conhecerá este ano a prosperidade do Poder Legislativo, que reservou quase 50% de suas verbas para investimentos e manutenção dos privilégios dos parlamentares. Dos Cr\$ 23 trilhões entregues ao ministério, Cr\$ 1,3 trilhão servirá para manter o sistema nacional de meio ambiente, quantia equivalente à destinada pela Câmara e Senado para o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), financiador das aposentadorias especiais dos políticos.

Enquanto a área de ambiente contará com Cr\$ 125 bilhões para diminuir os efeitos do garimpo na Bacia Amazônica, a Câmara destinará igual valor para reparar e conservar nove imóveis de sua propriedade. Outro exemplo das distorções existentes no Orçamento Geral da União: os custos das operações de combate às queimadas na Região Amazônica — problema ambiental que prejudica a imagem do Brasil no Exterior — somam pouco mais de Cr\$ 60 bilhões. O Senado pretende desembolsar o triplo deste valor para se “reaparelhar” este ano.

Para funcionar, o Senado deverá consumir o mesmo que todas as embaixadas brasileiras no exterior: Cr\$ 13 trilhões. Na Câmara, os gastos serão superiores à manutenção das relações diplomáticas e atingirão os Cr\$ 18 trilhões.

07 ABR 1993

JORNAL DE BRASÍLIA